



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA (COMPRAS)

Pregão Eletrônico nº ____/2023 – Processo Administrativo nº 0325/2023

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Solução integrada de simulação realística para realização de procedimentos pediátricos, adultos e de parto, como acesso vascular, assistência ao parto, ressuscitação cardiopulmonar e monitoramento de sinais vitais, entre outros, em laboratórios de educação continuada em Enfermagem (Núcleo de Simulação Realística – NSR) do Coren-SP Educação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O detalhamento completo do objeto, resumido na tabela abaixo, é complementado pelo **Anexo II – Requisitos Técnicos da Solução**.

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
1	Solução completa com conjuntos de simulação realística de parto e pediátrico com monitores, para a realização de procedimentos pediátricos, adultos e de parto, como acesso vascular, assistência ao parto, ressuscitação cardiopulmonar e monitoramento de sinais vitais, entre outros, para utilização nos laboratórios de Educação Continuada em Enfermagem (Núcleo de Simulação Realística – NSR) do Coren-SP Educação	391770	Solução Completa	1

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais do mercado, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação, definido a partir das propostas comerciais recebidas e considerando prazos necessários para o cumprimento dos processos de entrega, instalação e configuração e treinamento para operação da Solução é de 210 (duzentos e dez dias) dias contados da data de início da vigência contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Coren-SP Educação é uma unidade do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo que atua no desenvolvimento de atividades de aprimoramento profissional de enfermagem de forma gratuita,



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

equiparada à atividade fim da autarquia – fiscalização do exercício profissional - considerando seu papel na qualificação de Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, dessa forma, trabalhando para a minimização dos riscos de danos decorrentes da indevida prática profissional, contribuindo de forma educativa e preventiva em conjunto com as ações de fiscalização, processo ético e disciplina do exercício profissional de enfermagem.

2.2. As ações de educação continuada coadunam com sua atividade finalística, à medida que proporcionam formas de diálogo constante com a comunidade de enfermeiros, obstetrizas, técnicos, auxiliares e estudantes de Enfermagem, engajando-os no cumprimento de protocolos de segurança do paciente e na observância aos preceitos éticos inerentes ao exercício profissional da Enfermagem. Desta forma, as ações educativas desenvolvidas por esta unidade servem como medidas preventivas e corretivas, tanto que são requisitos para os profissionais de enfermagem que realizam acordos no setor de Núcleo de Conciliação ao firmarem o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) diante de infrações éticas cometidas.

2.3. Segundo a Lei 5.905, de 12 de julho de 1973, a qual dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem, compete ao Conselho promover o aperfeiçoamento profissional:

“Art. 8º Compete ao Conselho Federal:

...

X - Promover estudos e campanhas para aperfeiçoamento profissional”

2.4. Ainda, segundo Manual de Fiscalização (2019), os Conselhos Regionais de Enfermagem devem ter as suas ações em consonância com as seguintes diretrizes envolvendo ações educativas:

“1. FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM

...

2.2. DIRETRIZES

A Fiscalização do exercício profissional da Enfermagem deve ter como propósito o caráter preventivo e disciplinador. Preventivo quando por meio de ações educativas, preconiza a importância do exercício da Enfermagem realizado por profissionais devidamente habilitados, capacitados e comprometidos com a prestação da assistência segura.”

2.5. De acordo com o regimento interno do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, 2013, compete ao este órgão, auxiliar e promover o aperfeiçoamento dos Profissionais de Enfermagem:

“Art 9º - Compete ao Conselho Regional de Enfermagem:

...



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

XI - Esclarecer os profissionais sobre as normas éticas e a responsabilidade inerente ao exercício profissional, objetivando o aprimoramento das ações de enfermagem;

XIX - Auxiliar, no que couber, o sistema educacional, tanto na promoção e controle de qualidade quanto no aprimoramento permanente da formação em Enfermagem e atualização técnico-científica, em especial no que se refere aos aspectos éticos;

XX - Promover estudos, campanhas, eventos técnico-científicos e culturais para aperfeiçoamento dos profissionais de Enfermagem e dos profissionais que compõem os Conselhos de Enfermagem;”

2.6. Segundo o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, o aprimoramento é um direito do profissional, e este Conselho vem realizando ações que viabilizam o aperfeiçoamento do profissional de enfermagem:

“Capítulo I - dos Direitos

Art. 6º Aprimorar seus conhecimentos técnico-científicos, ético-políticos, socioeducativos, históricos e culturais que dão sustentação à prática profissional.”

2.7. Ainda corroborando essa situação, o Acórdão do TCU nº 1925/2019 afirma que uma das funções delegadas pela União aos Conselhos consiste na competência de caráter pedagógico e preventivo:

“5 - ATIVIDADE FINALÍSTICA

5.1 - Introdução

...

193. Ou seja, o interesse ou a finalidade pública de um conselho de fiscalização profissional, como fundamento de buscar defender a sociedade da prática irregular de determinadas profissões, considerando o dano social relevante que o seu mau exercício poderia causar nem sempre é o principal critério observado na criação destas entidades.

...

203. Outras competências, contudo, estão relacionadas com as citadas funções ‘típicas de Estado’, delegadas pela União para cada conselho, as quais podem ser agrupadas em cinco funções principais, quais sejam: registro, normatização, fiscalização, julgamento e orientação.

...

b) função de normatização



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

217. A função de normatização de um conselho de fiscalização profissional compreende o estudo, elaboração, aprovação e divulgação das diversas normas que regulam a atividade profissional nos seus aspectos técnicos e éticos, de forma a buscar garantir o adequado exercício profissional, em defesa da sociedade.

...

220. Sobre o ponto de vista ético, é responsável por elaborar, aprovar e divulgar o código de ética profissional ou instrumento semelhante, o qual servirá de parâmetro para punir

condutas profissionais indevidas.

...

e) função de orientação

236. Entende-se reunidas nessa função diversas competências de caráter pedagógico ou preventivo, direcionadas aos profissionais, à sociedade e até mesmo a outros órgãos e instituições públicas."

2.8. Os presentes objetos de estudo visam a continuidade da modernização do Núcleo de Simulação Realística do Conselho por meio da aquisição de equipamento de simulação de alta fidelidade para realização de procedimentos pediátricos, adultos e de parto, tais como acesso vascular, manobras e procedimentos relacionados ao parto normal, compressão torácica (PCR), monitoramento de sinais vitais em laboratório de educação continuada em Enfermagem, entre outros. Esta aquisição é parte do projeto de renovação e aperfeiçoamento das atividades e estrutura de educação continuada destinadas aos profissionais de Enfermagem registrados no Coren-SP.

2.9. Como é de conhecimento, o Coren-SP Educação possui um Núcleo de Simulação Realística (NSR) com laboratórios para simulação. Esses laboratórios possuem simuladores (adulto, parto e pediátrico) adquiridos em 2009. A aquisição de novos simuladores visa a modernização do acervo atual, com consequentes melhorias no Núcleo de Simulação Realística (NSR) e nas atividades promovidas, evitando sua descontinuidade caso os equipamentos antigos apresentem problemas técnicos devido ao desgaste e tempo de uso.

2.10. A empresa do atual simulador adulto adquirido em 2009 pelo Coren-SP mencionou que as peças do simulador tiveram a sua fabricação descontinuada. Portanto, em caso de necessidade de manutenção corretiva com troca de peças ausentes em estoque, impossibilitará o reparo do simulador.

2.11. Sobre o uso de simuladores na estratégia da simulação:

2.11.1. Com o advento da tecnologia é possível reproduzir manequins que simulam pacientes e desta forma criar diversas situações de ambientes do cotidiano da assistência da saúde, o que potencializa o treinamento dos profissionais da saúde. Investir em simuladores que reproduzem



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

com muita fidelidade um paciente, seja ele adulto ou bebê, vai além de ter um corpo/manequim para praticar procedimentos técnicos de enfermagem. Um simulador de alta fidelidade é capaz de interagir com os aprendizes, seja por reproduzir todos os sinais e sintomas, parâmetros vitais de um paciente real ou por possibilitar a comunicação verbal entre os participantes de um treinamento durante a execução de um cenário clínico. Com isso, é possível desenvolver competências que vão além da destreza ou habilidades técnicas procedimentais, mas também competências comportamentais e relacionais, que são tão importantes para que a assistência de enfermagem ao paciente e familiares seja feita de forma segura, humanizada e com qualidade.

2.11.2. Ainda, o uso de simuladores complexos quando utilizados em contextos de cenários, possibilitam aos participantes uma imersão em atmosferas que reproduzem, com muito realismo, ambientes e situações vivenciadas no cotidiano de trabalho dos profissionais da saúde. Esse cotidiano da assistência requer dos profissionais de enfermagem, saber lidar com situações inesperadas, dilemas éticos, urgência e emergência, assumir papéis de liderança, de trabalho em equipe e uma comunicação assertiva entre os membros. Sendo assim, é possível criar diversos contextos, abordando múltiplos assuntos como forma de treinamento para o aprimoramento dos profissionais de enfermagem.

2.11.3. Após a execução do cenário clínico, os participantes do cenário e os demais participantes, realizam uma discussão – denominada *debriefing* – onde todos em conjunto realizam uma reflexão sobre o atendimento realizado, ressaltando principalmente os pontos de melhoria da equipe.

2.11.4. As habilidades, boas atitudes e conhecimentos citados acima podem ser desenvolvidos e aperfeiçoados através do uso da simulação de alta fidelidade, cuja estratégia de ensino vem sendo utilizada por esta autarquia desde 2009, durante as atividades de aprimoramento disponibilizadas aos profissionais de enfermagem. Essas são oferecidas de forma gratuita, abordando diversos temas de interesse da categoria e oportunizando atualização e aperfeiçoamento dos profissionais para uma assistência segura, com qualidade e pautada na humanização.

2.11.5. Há fortes evidências científicas positivas sobre o uso da metodologia da simulação no processo ensino-aprendizagem. Diversos autores descrevem as vantagens e benefícios da estratégia devido a possibilidade de um aprendizado experiencial capaz de oportunizar vivenciar situações próximas à realidade do profissional e estudante, num ambiente controlado e seguro, onde as falhas podem acontecer - pois trata-se de um manequim - e são tratadas como oportunidade de melhoria do desempenho para o participante.

2.11.6. Ainda, sobre o uso da metodologia da simulação realística, o realismo de um cenário composto por simuladores com funções complexas e capazes de interagir com os participantes do cenário/treinamento, não pode ser alcançado com o uso de simuladores de baixa fidelidade - os quais não são capazes de interagir, são estáticos e não geram parâmetros vitais. Tampouco com



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

atores, quando é necessário realizar procedimentos como se estivessem diante de pacientes, visto que há treinamentos de procedimentos técnicos de enfermagem que não podem ser realizados em pessoas voluntárias, como por exemplo: compressão torácica ou uma punção venosa.

2.11.7. Além disso, o simulador avançado, possibilita a realização da telessimulação, visto também ser uma nova modalidade de uso da estratégia, com vantagem de favorecer a participação de um maior número de profissionais de enfermagem e principalmente de outras localidades, ainda que remotamente.

2.12. Quanto às atividades do Coren-SP Educação, estas podem ocorrer tanto na modalidade remota quanto presencial, quando há transmissão simultânea das atividades. Além das atividades ao vivo, os ambientes e equipamentos do NSR são utilizados em gravações de conteúdos educativos, reportagens, entrevistas, visitas monitoradas e treinamentos para profissionais e estudantes de enfermagem.

2.13. Durante a pandemia da Covid-19, a dinamização das modalidades remotas e criação da plataforma digital própria provocou expressivo aumento na adesão e engajamento desse público nas mídias digitais do Conselho. As atividades que se realizam nos laboratórios de simulação são transmitidas online simultaneamente, com o intuito de integrar e complementar a exposição teórica do instrutor. Segundo devolutiva dos participantes, o uso de simuladores melhora e facilita o entendimento durante os treinamentos.

2.14. A renovação do acervo tecnológico do NSR com estas soluções integradas, cujos equipamentos não necessitam de cabos e conjuntos periféricos de grande porte instalados na estrutura para seu funcionamento, visto que a comunicação pretendida é do tipo wireless, irá permitir a utilização dos simuladores em diferentes espaços (auditórios, sala de aula, espaços abertos, salas de exposição e estúdio) e a criação de diferentes cenários de atendimento ao paciente para treinamento dos profissionais de enfermagem. Os atuais equipamentos que possuímos precisam estar conectados a um compressor de grande porte para reproduzir a respiração do paciente, não podendo serem deslocados para outros ambientes, e além disso, geram um alto ruído que compromete a transmissão da atividade. Os novos modelos, eliminam esses transtornos e possibilitam mais opções de uso.

2.15. Além disso, o sistema de câmeras dos laboratórios de simulação foi adquirido juntamente com os simuladores em 2009 e encontram-se obsoletos. Apresenta limitação para captação de áudio e vídeo, prejudicando a qualidade da transmissão e são incompatíveis (conexão, protocolo, formato e tecnologia) com os novos equipamentos que foram adquiridos, devido ao processo de modernização dos recursos da unidade.

2.16. A reestruturação do Coren-SP Educação na Sede, conforme demanda da atual Gestão (2021-2023), exige a readequação dos espaços já existentes na atual unidade, no prédio da Sede – 3º pavimento – para que seja replicada a atual estrutura de maneira que garanta a continuidade dos serviços prestados. Esta mudança exigirá a aquisição de novos simuladores para compor a nova estrutura e manter a



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

funcionalidade dos laboratórios adulto e pediátrico já existentes no Coren-SP Educação. Quanto aos atuais simuladores existentes nos laboratórios, foi realizada consulta junto à empresa fabricante, e tivemos uma resposta negativa em relação à possibilidade de reinstalação dos equipamentos existentes, quando for realizada a mudança para a Sede, prevista para 2023.

2.17. Para a promoção das atividades de aperfeiçoamento, com a qualidade e excelência oferecidas até então aos profissionais de enfermagem, o novo espaço destinado ao Coren-SP Educação será contemplado com 02 (dois) laboratórios para simulação de alta fidelidade, 01 (uma) sala de comando e 01 (uma) sala para *debriefing* (sala de aula). Além disso, é imprescindível a integração de imagem e som entre as salas de simulação de alta fidelidade e o auditório/sala de aula, com a finalidade de possibilitar o *debriefing*, essencial para que seja realizada a educação com uso da simulação de alta fidelidade possibilitando que todos os participantes (que não estejam nos laboratórios executando o caso clínico) acompanhem o simulado e realizem a discussão do caso clínico posteriormente.

2.18. Abaixo os temas das atividades realizadas atualmente pelo Coren-SP Educação com uso de simuladores:

✓ Cateterismo vesical; ✓ Aspiração endotraqueal; ✓ Punção venosa; ✓ Propedêutica obstétrica; ✓ Detecção precoce do câncer de mama; ✓ Atendimento inicial ao parto pela equipe de enfermagem não especialista; ✓ Aferição da pressão arterial não invasiva: qual a técnica correta?; ✓ Atendimento a múltiplas vítimas; ✓ Ventilações mecânicas invasivas e não invasivas ✓ Abordagem de enfermagem em ferimentos: sangramento externo, ferimento aberto em tórax, evisceração, objeto encravado, amputação; ✓ Cateter Venoso Central de Inserção Periférica (PICC): cuidados na inserção, manutenção e remoção; ✓ Administração de medicamentos intramusculares em adultos; ✓ Administração de medicamentos intramusculares em pediatria; ✓ Noções básicas sobre curativos; ✓ Banho no leito; ✓ Primeiros Socorros – Da Teoria à Prática; ✓ Atendimento inicial à vítima de trauma; ✓ Ausculta cardíaca e pulmonar; ✓ Emergências Psiquiátricas – Abordagens de Contenção; ✓ Cuidados de enfermagem com estomas intestinais, urinários e respiratórios; ✓ Bota de Unna; ✓ Tratamento de feridas - conhecendo e indicando recursos; ✓ A Equipe de Enfermagem na Assistência ao Paciente com Dreno de Tórax; ✓ Atualização no manejo de drenos; ✓ Atuação da Enfermagem na Prevenção de Lesões ao Paciente Decorrentes de Queda; ✓ Exame Citopatológico do Colo do Útero (Papanicolaou); ✓ Cuidados de Enfermagem em Insuficiência Cardíaca – Discussões de Casos Clínicos; ✓ Atendimento de Enfermagem na Parada Cardiorrespiratória Adulto; ✓ Atendimento de Enfermagem na Parada Cardiorrespiratória em Pediatria; ✓ Reanimação Neonatal; ✓ Manejo no Parto pela equipe de enfermagem; ✓ Desfibrilação e Cardioversão – quais as diferenças; ✓ Comunicação de Más Notícias para a Equipe de Enfermagem; ✓ A Equipe de Enfermagem na Assistência ao Paciente com Dreno de Tórax; ✓ Emergências clínicas pediátricas; ✓ Eletrocardiograma para a enfermagem: Taquiarritmias e bradiarritmias; ✓ Emergências



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

cardiológicas; ✓ Atendimento à vítima de trauma no intra-hospitalar; ✓ Atendimento extra-hospitalar no trauma; ✓ Urgências e emergências clínicas; ✓ Noções básicas de eletrocardiograma para a enfermagem; ✓ Curso Simulação em Saúde: como aplicar as boas práticas em simulação? ✓ Entre outros temas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da Solução como um todo corresponde à aquisição de conjuntos completos de simulação realística de parto e pediátrico com monitores, para a realização de procedimentos pediátricos, adultos e de parto, como acesso vascular, assistência ao parto, ressuscitação cardiopulmonar e monitoramento de sinais vitais, entre outros, para utilização nos laboratórios de Educação Continuada em Enfermagem (Núcleo de Simulação Realística – NSR) do Coren-SP Educação.

3.2. A Solução completa a ser contratada contempla a aquisição de conjuntos completos destinados à simulação de parto e simulação pediátrico, com garantia de 12 (doze) meses contados do recebimento definitivo do objeto, serviços de instalação e realização de treinamento da equipe técnica para operação da Solução.

3.3. Deverão ser fornecidos dentro de cada respectivo elemento da solução de simulação realística, simulador de parto com monitor de paciente e simulador pediátrico com monitor de paciente, todos os componentes necessários à consecução das atividades de simulação minimamente descritas no Apenso I deste instrumento, correspondendo aos requisitos técnicos dos simuladores de parto e pediátrico.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Necessários ao Atendimento da Necessidade

4.1.1. Requisitos Gerais

4.1.1.1. O conjunto de **simulação de parto com monitor de paciente** consiste, basicamente, no conjunto composto por simulador em situação gravídica para simulação de casos clínicos, simulador de recém-nascido com corpo articulável, monitor touchscreen do paciente, plataforma audiovisual de *debriefing* (software e hardware) com laptop e licença permanente do software (no idioma português) para manuseio de comandos e reações do simulador que seja e sistema de áudio e vídeo com captura e transmissão sincronizada, instalação, frete e treinamento operacional para, ao menos, seis usuários.

4.1.1.2. O conjunto de **simulação pediátrico com monitor de paciente** consiste, basicamente, no conjunto composto por simulador pediátrico para simulação de casos clínicos, monitor touchscreen do paciente, plataforma audiovisual de *debriefing* (software e hardware) laptop ou tablet e licença permanente do software (no idioma português) para manuseio de comandos e reações do simulador que seja e sistema de áudio e vídeo



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

com captura e transmissão sincronizada, instalação, frete e treinamento operacional para, ao menos, seis usuários.

4.1.1.3. Os conjuntos adquiridos deverão ser interoperáveis, possuindo compatibilidade obrigatória entre si, em termos do software para manuseio de comandos e reações dos manequins, bem como em relação ao sistema de áudio e vídeo com captura e transmissão sincronizada.

4.1.1.4. Considerando a impossibilidade operacional de exigência de realização de prova de conceito, tendo em vista que se trata da aquisição de Solução que, em geral, é importada e com produção realizada sob encomenda, como requisito para aceitação da proposta comercial, tendo em vista que se trata da aquisição de Solução de alto vulto, deverá a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar na sessão de licitação apresentar, como requisito para aceitação da proposta comercial, **planilha com comprovação ponto a ponto da Solução ofertada em relação aos requisitos técnicos listados no Apenso I deste documento**, o que deverá, preferencialmente, ser feito por meio de documentação técnica oficial da fabricante da Solução.

4.1.2. Requisitos Técnicos da Solução

4.1.2.1. Definidos no Anexo II - Requisitos Técnicos da Solução.

4.2. Sustentabilidade:

4.2.1. A Contratada fica obrigada a atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, e do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012.

4.3. Indicação de marcas ou modelos

4.3.1. Para a presente contratação não será exigido marca ou modelo.

4.4. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.4.1. Não se aplica ao objeto da contratação.

4.5. Da exigência de amostra

4.5.1. Não se aplica ao objeto da contratação.

4.6. Da exigência de carta de solidariedade

4.6.1. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

4.7. Subcontratação

4.7.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.8. Garantia da contratação



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.8.1. Considerando que o pagamento do objeto ocorrerá após o recebimento definitivo da Solução como um todo, considerados os processos de entrega, instalação e treinamento para operação da Solução, a exigência não se aplica ao objeto de contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Entrega

5.1.1. O prazo de entrega de todos bens que compõem a Solução é de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de início da vigência do instrumento contratual, em remessa única.

5.1.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Edifício Sede do Coren-SP, localizado na Alameda Ribeirão Preto, nº 82, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01331-000, no horário compreendido entre às 07h00 e 17h00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis. Ou em outro endereço na cidade de São Paulo, a ser definido pela contratante.

5.1.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a Contratada deverá comunicar as razões respectivas com, pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvados situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Da Instalação e Configuração da Solução

5.2.1. O prazo de conclusão da instalação e configuração dos conjuntos componentes Solução no ambiente da Contratante será de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da entrega dos bens.

5.2.2. A instalação dos conjuntos componentes da Solução ocorrerá nos laboratórios de simulação realística do futuro ambiente do Coren-SP Educação, a ser instalado no edifício Sede do Coren-SP, localizado na Alameda Ribeirão Preto nº 82, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01331-000. Ou em outro endereço na cidade de São Paulo, a ser definido pela contratante.

5.2.3. Os serviços de instalação dos conjuntos componentes da Solução decorrerão de prévio agendamento a ser realizado pela Contratante junto à Contratada, podendo ocorrer no horário compreendido entre às 08h00 e 17h00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

5.2.4. Caberá à Contratada apresentar à Contratante plano de instalação e configuração dos conjuntos componentes da Solução, desde que resguardado o prazo máximo de instalação e configuração da Solução como um todo.

5.2.5. Todos os componentes devidos à instalação e configuração da Solução como um todo, inclusive ferramentas e materiais para integração da Solução ofertada às instalações lógicas e elétricas da Contratante caberão à Contratada.

5.3. Do Treinamento para Operação da Solução

5.3.1. Concluída a instalação e configuração dos conjuntos componentes da Solução pela Contratada, os serviços de repasse de conhecimentos à Equipe Técnica do Coren-SP, destinados à operação da Solução, deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos, mediante agendamento prévio da Contratada junto à Contratante.

5.3.2. O treinamento, que deverá ser o oficial do fabricante da Solução, deverá ser realizado de forma presencial, no ambiente da Contratante, na modalidade *hands on*.

5.3.3. O treinamento deverá atender aos requisitos de carga horária e conteúdo programático mínimos definidos pelo fabricante da Solução instalada, devendo ser ministrado para uma turma composta por até 6 (seis) alunos oficiais.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

5.3.4. O conteúdo programático deverá, minimamente, abordar princípios configuração e administração, realização de procedimentos de simulação para cenários e *debriefing*, operação de software, limpeza e conservação de manequins e manutenção e solução de problemas comuns da Solução ofertada.

5.3.5. O conteúdo ofertado deverá abordar os aspectos e funcionalidades específicos de cada componente da Solução, isto é, simulador realístico de parto e simulador realístico pediátrico.

5.3.6. O treinamento será do tipo teórico-prático e contemplará o conteúdo programático necessário ao perfeito funcionamento e utilização das funcionalidades da Solução;

5.3.7. Toda a documentação e material didático necessária ao repasse de conhecimento deverá ser disponibilizada em mídia digital, preferencialmente na língua portuguesa (Português do Brasil) ou, na inviabilidade, em inglês;

5.3.8. São produtos esperados do treinamento a serem fornecidos pela contratada:

- a) Material didático necessário para o treinamento;
- b) Certificados de conclusão do treinamento, emitidos pela Contratada e destinados aos participantes indicados pela Contratante.

5.3.9. A Contratada fornecerá certificado ou declarará a conclusão do treinamento aos participantes que atenderem a, no mínimo, 70% do total da carga horária definida;

5.3.10. Os certificados, para fins de Recebimento Definitivo da Solução, deverão ser encaminhados à Contratante no prazo de até 5 (cinco) dias corridos contados da conclusão do treinamento;

5.4. Requisitos de Garantia

5.4.1. A Solução ofertada deverá possuir assistência técnica profissional em território nacional, devendo a fornecedora apresentar relação de credenciados no momento de assinatura do Contrato.

5.4.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.4.3. Os bens componentes da Solução ofertada deverão possuir as seguintes condições de garantia:

- a) Equipamentos e Componentes: pelo menos 12 (doze) meses de garantia para defeitos de fabricação a contar do recebimento definitivo da instalação e treinamento e desde que assegurada a sua utilização em conformidade com o manual de instruções e orientações técnicas recebidas;
- b) Serviços de Instalação e Configuração da Solução: pelo menos 30 (trinta) dias de garantia a contar do recebimento definitivo da instalação.

5.5. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

5.5.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.5.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.5.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.5.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.5.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.5.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.5.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.5.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.5.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.5.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.1.1. O bem será recebido **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento **definitivo** ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5. Antecipação de pagamento

7.5.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

7.6. Cessão de crédito

7.6.1. Não será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8. REAJUSTE

8.1. Considerando que se trata de aquisição pontual a ser entregue em parcela única, em virtude da impossibilidade de a contratação atingir o tempo mínimo justificável para mensuração de reajustamento, não se aplica a presente exigência.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do Contratante:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

9.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da Contratada:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 10.1.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 10.1.2.** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 10.1.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.1.4.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.1.5.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.1.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.1.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.1.8.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 10.1.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 10.1.10.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

10.1.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.1.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
 1. moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 2. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

12.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

12.2. Exigências de habilitação

12.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Habilitação jurídica

12.2.2. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.2.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.2.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.2.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.2.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

12.2.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.2.10. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

12.2.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

12.2.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

12.2.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.2.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.2.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.2.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.2.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.2.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.2.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.2.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

12.2.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

12.2.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

12.2.23. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

12.2.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação.

12.2.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

12.2.26. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Qualificação Técnica

12.2.27. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

12.2.28. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- a)** Forneceu equipamentos e softwares de simulação realística com características semelhantes às especificadas para o objeto de contratação;
- b)** Prestou serviços de instalação de equipamentos de simulação realística de complexibilidade similar àquelas especificadas para o objeto de contratação;

12.2.29. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

12.2.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

12.2.31. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.2.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

12.2.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

12.2.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

12.2.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

12.2.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

12.2.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

12.2.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

12.2.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas com a contratação serão acobertadas dentro do elemento de despesas: 6.2.2.1.2.44.90.52.003 – Máquinas e Equipamentos.

São Paulo, 27 de abril de 2023.

RESPONSÁVEL/INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTES DA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO
<p>Catarina Terumi Abe Assinado de forma digital por Catarina Terumi Abe Dados: 2023.05.02 12:44:20 -03'00'</p> <p>Catarina Terumi Abe Gerente - Coren-SP Educação</p> <p>Matrícula 776</p>	<p>Elaborado em 27/04/2023 por:</p> <p>Natalia Cristina da Silva Santos Assinado de forma digital por Natalia Cristina da Silva Santos Dados: 2023.05.02 15:49:24 -03'00'</p> <p>Natalia Cristina da Silva Santos Assessora II - GCC</p> <p>Matrícula 1189</p>
<p>Eduardo Henrique Dall Ara Ferreira Assinado de forma digital por Eduardo Henrique Dall Ara Ferreira Dados: 2023.05.02 11:29:30 -03'00'</p> <p>Eduardo Henrique Dall Ara Ferreira Coordenador de Área - Coren-SP Educação</p> <p>Matrícula 524</p>	<p>Revisado em 01/05/2023 por:</p> <p>Andreia Alves de Lima Assinado de forma digital por Andreia Alves de Lima Dados: 2023.05.02 16:00:12 -03'00'</p> <p>Andreia Alves de Lima Gerente de Compras e Contratos</p> <p>Matrícula 1125</p>



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Gisele Cristina
Gentil

Assinado de forma digital
por Gisele Cristina Gentil
Dados: 2023.05.02
12:24:27 -03'00'

Gisele Cristina Gentil

Enfermeira – Educação Permanente – Coren-SP
Educação

Matrícula 765